

1ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE 2FRANCA – 08 DE JULHO DE 2016.

3Aos oito dias do mês de julho de 2016 às nove horas e dez minutos, na sala de projeções nº35 da Escola
4Champagnat, sito a Avenida Champagnat, 1808 – Centro teve início a terceira reunião ordinária do Conselho
5Municipal da Condição Feminina de Franca. Estiveram presentes na reunião dezenove (19) conselheiras sendo
6seis (06) do poder público e treze (13) da sociedade civil, com as seguintes **Conselheiras Titulares**: Valéria
7da Silva Barbosa Gimenes, Renata Gabriel Amatto, Aline Ferreira de Souza, Silvana Aparecida Guedes
8Pereira, Roberta de Assis Freitas Paulino Dias, Lilian Greice de Paula, Rosa Maria Mota de Jesus, Wilma Yara
9Morais Pereira, Júlia Carvalho Rodrigues, Adelita Monteiro, Dulce Helena Granero e Maria Luiza de Castro.
10**Conselheira na Titularidade**: Jaqueline Maria Paula Ribeiro e Suzana Margareth Abdalla de Freita .
11**Conselheiras Suplentes**: Gabriela Fernandes, Clemência Aparecida Canoas de Andrade, Marcela Cristina de
12Barros Francisco, Efigênia Joaquina dos Santos, Larissa Cristina Bedo e Sônia Regina de Oliveira. **Com a**
13**seguinte pauta**: **Assuntos**: – **1.1- Apresentação da nova conselheira Renata Gabriel Amatto –**
14**representante da Unidade Municipal de Educação e Esportes; 1.2- Definição e composição das comissões**
15**de trabalho; 1.3 - Aprovação do calendário de reuniões do CMCF; 1.4– Encaminhamento a respeito de**
16**email enviado por uma cidadã; 1.5– Orientações e informações sobre a proposta de Lei da Doula; 1.6–**
17**Sugestões da conselheira Marcela: elaboração de proposta de alteração do regimento interno;**
18**elaboração de proposta para criação de página do conselho em rede social e estabelecimento de regras**
19**para postagens; elaboração de cronograma de atividades para o segundo semestre por uma comissão.**
20**Informes Gerais: 2.1- Audiência Pública sobre Proposta de Lei da Doula na Câmara Municipal dia 14**
21**de Julho as 19h; 2.2 - Substituição da indicação de conselheira da Secretaria de Educação – Rose**
22**Cristina Lopes Cruz pela Renata Gabriel Amatto; 2.3- Ofício encaminhado pelo CMCF para indicação**
23**de representante da DDM e ofício resposta do Delegado Seccional sobre a nova Indicação; 2.4-**
24**Solicitação de afastamento da conselheira Lilian Benevides dos Santos para participação nas eleições**
25**municipais; 2.5– Congratulações ao CMCF da Profª. Dra. Ana Cristina Nassif Soares; 2.6-**
26**Congratulações ao CMCF da Sra. Maria Inês Archetti – autora da lei de criação do CMCF; 2.7- Moção**
27**de Aplauso às Conselheiras do CMCF pela Câmara Municipal.** A reunião foi iniciada pela vice-presidente
28Júlia, uma vez que a presidente iria atrasar-se. Júlia confirmou que já havia o quórum necessário e justificou a
29ausência das seguintes conselheiras: Carolina, Angra a Elaine, Eliana e Viviane. A conselheira Efigênia
30perguntou se a Maria Rafaela Junqueira faz parte do Conselho pois no dia anterior recebeu uma ligação dela
31solicitando que justificasse sua falta pois estava em São Paulo. A Secretária Executiva Maria Amélia
32esclareceu que ela não é integrante do colegiado e explicou que a Maria Rafaela é convidada para as reuniões,
33pois já foi conselheira em outras gestões. Dando seguimento a vice-presidente fez a leitura da pauta que foi
34aprovada, com a sugestão de alteração de ordem e a junção dos itens 1.2 e 1.6, uma vez que se tratam de
35assuntos complementares. A conselheira Suzana questionou o motivo de não estar inserido na pauta o informe
36sobre a substituição do cargo de titular em razão do afastamento da conselheira Lilian. Maria Amélia explicou
37que ainda não foi publicada a portaria de afastamento da conselheira Lilian e substituição da mesma pela

38conselheira Suzana que assumirá a titularidade. Como outrora definido, a leitura da ata não seria feita na
39reunião e sim encaminhada e lida previamente pelas conselheiras, devendo ser apenas aprovada e apresentadas
40as correções e alterações necessárias. Não havendo nenhuma correção ou alteração indicada, a ata foi
41aprovada. Neste momento a presidente Adelita Monteiro assumiu a condução da reunião e passou ao primeiro
42assunto da reunião, item *1.1 - Apresentação da nova conselheira Renata Gabriel Amatto* – representante da
43Unidade Municipal de Educação e Esportes. A conselheira Renata, se apresentou, porém manifestou que terá
44dificuldades para participar das reuniões afirmando que não tinha conhecimento de sua indicação,
45questionando a possibilidade de alteração de sua representação. Maria Amélia esclareceu que essa solicitação
46deve ser apresentada pela própria conselheira, junto à Secretaria de Educação. Pontuou que já foi publicada a
47Portaria de nomeação da mesma enquanto conselheira titular e qualquer alteração deve ser informada ao
48colegiado pela Secretaria de Educação. Renata afirmou que gostaria de estar presente, porém suas atuais
49funções não a possibilitam. Dando seguimento passou-se a discussão do item *1.2- Definição e composição das*
50*comissões de trabalho*. A Secretária Executiva apresentou um quadro com as propostas de comissões que
51poderão ser constituídas e explicou quais seriam as atribuições de cada comissão. Ressaltou que as comissões
52são constituídas com o intuito de analisar, estudar, elaborar e propor algum assunto, evento ou tema que
53posteriormente deve ser aprovado pelo colegiado. Afirmou ainda que o colegiado tem autonomia para definir
54quantas e quais comissões são necessárias, sem a obrigação de manter o que foi proposta pela Secretaria
55Executiva. Mediante sugestão da conselheira Roberta e após discussões foi realizada a junção da Comissão de
56Articulação Política com a Comissão de Legislação e Normas e a manutenção da Comissão de Comunicação,
57Divulgação e Visibilidade do Conselho e da Comissão de Eventos. Maria Amélia afirmou que cada comissão
58deve elaborar os seus planos de trabalhos e cronograma de ações. Efigênia lembrou que em outubro ocorrerá a
59semana da pessoa com deficiência e já pode-se pensar alguma ação nesse sentido. A presidente Adelita sugeriu
60que sejam compostas também comissões de saúde e educação. As conselheiras discutiram que não há a
61necessidade de constituir comissões de cada área específica, pois o temas poderão ser trabalhados nestas que
62estão sendo propostas, justificando que já existem os Conselhos da Saúde e da Educação. Marcela perguntou
63se os suplentes também poderão compor as comissões, ficando decidido que sim. Roberta sugeriu que todas as
64conselheiras se encaixem em pelo menos uma comissão. Discutiu-se porém a importância de cada uma se
65inserir de acordo com o seu perfil. Em seguida passou-se a constituição das comissões, ficando da seguinte
66forma: **Comissão de Comunicação, Divulgação e Visibilidade do Conselho** → Integrantes: Adelita, Dulce,
67Efigênia, Júlia, Maria Luiza, Sônia e Wilma; **Comissão de Articulação Política e Comissão de Legislação e**
68**Normas** → Integrantes: Adelita, Jaqueline, Larissa, Lilian Greice, Marcela, Rosa, Roberta, Silvana e Suzana;
69**Comissão de Eventos: Dia de Luta, Conferência Municipal, Audiências Públicas e Fóruns.**→
70Integrantes: Aline, Clemência, Efigênia, Gabriela, Sônia, Valéria e Wilma. Em seguida a presidente passou ao
71item 1.3- *Aprovação do calendário de reuniões do CMCF*. Nesse momento a conselheira Rosa, afirmou que o
72dia da semana que ficou definido para as reuniões ocorrerem, ou seja às sextas-feiras, é bastante complicado
73para a mesma e por esse motivo ela estará ausente em várias reuniões. Algumas conselheiras manifestaram
74que esse assunto já foi discutido e ficou definido conforme voto da maioria. Retornando ao calendário, após

75discussões foram sugeridas alterações e ao final foram aprovadas as seguintes datas de reuniões ordinárias
76neste ano de 2016: dia 31 de maio, 3 de junho, 8 de julho, 12 de agosto, 2 de setembro, 7 de outubro, 11 de
77novembro e 2 de dezembro. Maria Amélia afirmou que a próxima reunião, no dia 12 de agosto, poderá ser
78realizada no auditório da Secretaria de Ação Social. Dando seguimento passou-se ao assunto - *1.4-*
79*Encaminhamento a respeito de e-mail enviado por uma cidadã.* Adelita relatou que uma cidadã enviou um e-
80mail para a Secretaria Executiva explicando que sua filha sofreu assédio no condomínio em que reside, e que
81após a denúncia junto aos órgãos competentes, o agressor passou a hostilizá-la. Mediante essa situação, a
82cidadã solicita o apoio do conselho para realizar um “pit stop”, ou seja, um protesto nesse condomínio. O e-
83mail foi enviado no dia 07 de junho e foi lido na íntegra para as conselheiras. Neste momento desencadeou-se
84uma discussão sobre as atribuições do conselho, sendo avaliado ao final que esse tipo de ação com foco
85pessoal não é atribuição do conselho e que essa ação poderá prejudicar ainda mais a cidadã e até mesmo os
86moradores do referido condomínio. Foi sugerido o encaminhamento do caso às representantes do movimento
87feminista presentes. Valéria sugeriu que o caso fosse encaminhado ao CREAS e envio também de um ofício
88para a requerente informando os encaminhamentos dados, ressaltando inclusive que o colegiado manifestou
89preocupação quanto a necessidade de que ela busque apoio e orientação jurídica, visando evitar outros
90transtornos e até mesmo, alguma implicação judicial. Salientou-se a importância de que seja feito também uma
91devolutiva de forma mais pessoal pela presidente do conselho. Foram feitas algumas considerações e
92discussões sobre o atendimento da delegacia da mulher, especialmente considerando que o atendimento inicial
93das mulheres vítimas de violência é realizado por homens que na maioria não tem preparo. A representante da
94Polícia Civil afirmou que há um déficit de funcionários na polícia e que o trabalho realizado pela delegacia da
95mulher é muito difícil e os funcionários não contam com apoio psicológico e muitas vezes adoecem. Foi
96sugerido que esse tema seja melhor discutido pelo colegiado, devendo ser pensadas em propostas relacionadas
97a essa questão. Após algumas discussões sobre o caso, definiu-se por criar uma “Comissão de Acolhimento de
98Demandas” para receber os casos de denúncia e outras questões, e ficou composta pelas conselheiras Valéria,
99Silvana, Marcela e Roberta. A conselheira Marcela sugeriu que seja feito um cadastro de todas as denúncias,
100bem como, os encaminhamentos dados. Deverá ser elaborado um instrumental/formulário para recebimento de
101denúncias. Em seguida a presidente Adelita passou ao item *1.5- Orientações e informações sobre a proposta*
102*de Lei da Doula.* Adelita fez uma apresentação sobre o Projeto da Lei da Doula. Relatou que faz parte grupo
103“Parto com Respeito e Maternidade Ativa Franca – PREMAF”, que iniciou seu trabalho em 2014. Afirmou
104que as estatísticas apontam que 25 % das mulheres sofrem violência no parto, mas sabe-se que esse número é
105muito maior. Destacou que a lei do acompanhante já existe desde 2005, e esse acompanhante deve ser de
106escolha da mulher. Discorreu que o princípio da humanização do parto é o respeito à mulher e o embasamento
107em evidência científica. Durante a apresentação algumas conselheiras solicitaram maiores explicações sobre a
108Lei. Valéria pontuou que tem conhecimento de que a profissional Doula tem um alto custo e questionou se a
109Lei prevê o acesso dos usuários do sistema público. Adelita explicou que esse projeto se trata da garantia da
110entrada e permanência da Doula no hospital durante o trabalho de parto. Afirmou porém que existe também a
111proposta de um projeto da Doula Comunitária. Mediante algumas questões apontadas afirmou que atualmente

112no município existem 2 doulas. Disse que foi enviado também um projeto à Santa Casa referente a Doula
113comunitária e que propõe ainda capacitar 20 doulas. O projeto depende, no entanto, da aprovação da Lei da
114Doula. Ressaltou que é importante entender e divulgar a importância da doula, mas sem descaracterizar a
115atuação do médico. Convidou todas as conselheiras para participarem de uma audiência pública na próxima
116quinta feira às 19h, na Câmara municipal para discutir a Lei da Doula. Marcela questionou se o projeto já foi
117protocolado na Câmara e Adelita disse que ainda não, mas que o vereador Adermis já tem conhecimento do
118projeto. A conselheira Marcela sugeriu que fosse solicitado urgência no protocolo do Projeto de Lei, até
119mesmo antes da audiência. Adelita solicitou o apoio do conselho por meio de envio de um ofício para o
120vereador Adermis e para a Santa Casa. Porém, a conselheira Valéria sugeriu que primeiro o conselho deve
121conhecer melhor a Lei da Doula e o Projeto da Doula Comunitária. Finalizando foram entregues panfletos de
122divulgação da audiência pública. Considerando o adiantado da hora e o esvaziamento da reunião, Maria
123Amélia lembrou as conselheiras sobre os informes, e salientou a necessidade de cientificá-las sobre o ofício
124enviado pela Delegacia Seccional. Disse que conforme definido o conselho enviou um ofício para o Delegado
125Seccional solicitando a indicação de representantes da Delegacia da Mulher. Porém, o mesmo indicou a sra.
126Fabiana como titular e a sra. Silvana como suplente. Mediante essa situação foi sugerido pelo colegiado enviar
127um ofício informando que a sra. Silvana já é conselheira titular, representante da Polícia Civil, e desta forma o
128conselho considerou viável por mantê-la nessa representação e acatar a indicação da Sra. Fabiana na condição
129de titular, representando a Delegacia da Mulher. Será solicitado ainda a indicação de outra representante na
130condição de suplente, caso haja disponibilidade daquela Delegacia da Mulher. Maria Amélia informou que os
131outros informes se referem à moções de aplauso e congratulações pela reativação do conselho. Em seguida
132solicitou o envio de propostas de pautas para a próxima reunião, que devem ser apreciadas pela mesa diretora.
133Finalizando os trabalhos e nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às onze horas e trinta minutos e a
134ata lavrada pela secretaria-executiva do CMCF e anexada a lista de presença.